

Contrato do PDM

18. Fev. 2012

Exmo.(a) Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do
Hospital
Largo Conselheiro Cabral Metello
3400-062 - Oliveira do Hospital

Sua referência	Sua comunicação	Nossa referência	Ofício	Data
168/ano: 2012		Proc. POT-2012-0001	OF-2012-1278	2012-02-22

Assunto: Revisão do PDM de Oliveira do Hospital - Relatório Ambiental e regulamento

Após análise da documentação recebida relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e atendendo à informação nº 2012-0703 de 20/02/2012, relativamente aos recursos hídricos emite-se o seguinte parecer:

1. Regulamento:

O regulamento deverá apresentar um artigo que refira que o Domínio Hídrico é estabelecido de acordo com a legislação vigente, a qual estabelece servidões administrativas e restrições de utilidade pública nos terrenos onde se encontram os leitos e margens das linhas de água, albufeiras, lagos, etc.

No Art.º 3º, nº 3, d), 8), 4.8 é referido *sistema de esgotos e águas residuais*. Dado tratar-se de duas designações para a mesma entidade, sugere-se que se substitua aquela expressão por apenas sistema de águas residuais.

No Art.º 6º, f), apenas é referido o Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego. Dado que os IGT associados aos recursos hídricos (RH) são vários, solicita-se a inclusão dos mencionados no relatório ambiental (RA), após a aprovação deste.

No Art.º 6º, nº 11, a), a expressão *domínio público hídrico*, deve ser corrigida para domínio hídrico.

No Art.º 6º, nº 4, as infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais são mencionadas. No Art.º 7º é referido que o regime jurídico das servidões administrativas e restrições de utilidade pública é o que decorre da legislação em vigor. Como a legislação não especifica servidões administrativas e restrições de utilidade pública para este tipo de infraestruturas, será necessário remover as referidas alíneas a) e b) do nº 4, do art.º 6º. No entanto o Município pode introduzir as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que entender necessárias, referindo-as em articulado próprio. Sugere-se o estabelecimento de idênticas servidões administrativas e restrições de utilidade pública para a rede de drenagem de águas pluviais, atendendo a que esta rede tem idênticos problemas de conservação e de manutenção, assim como também podem ser objeto de danificação em resultado de implantação de edificações e de algumas práticas silvícolas.

Estas infraestruturas (abastecimento de águas, drenagem e tratamento de esgotos e drenagem de águas pluviais) a que este PMOT pretende associar servidões administrativas e restrições de utilidade pública, devem ser representadas na Planta de Ordenamento.



Deve ser acrescentado o índice de impermeabilização a adotar nos diferentes tipos de espaços associados às novas construções e/ou reabilitações de construções já existentes. O índice de impermeabilização deve ser referenciado relativamente ao tipo de parcela de solo (como por exemplo, zona industrial, lote, etc.) em que se insere. A nomenclatura a adotar deve estar de acordo com o DR 9/2009, de 29 de Maio.

Introduzir um artigo onde se prevejam mecanismos de promoção da infiltração das águas pluviais, salientando-se, zonas verdes e respetiva modelação do terreno que facilite a infiltração, adoção de materiais permeáveis nos passeios, calçadas, praças, ciclovias, parques de estacionamento, adoção de pavimentos porosos na construção de urbanizações ou loteamentos, etc.

O regulamento refere nalguns artigos, tais como art.º 40º, nº 2 e art.º 95, nº 3, que os *depósitos de combustível deverão localizar-se fora do círculo com 1000m de raio e centro nas captações de água de abastecimento público*. Refere-se que a redação destes artigos deve estar de acordo com o estabelecido na delimitação dos perímetros de proteção das captações públicas de abastecimento.

Deve ser acrescentado um artigo que estipule que nas áreas urbanas, as cotas dos pisos de habitação são superiores à cota local da máxima cheia conhecida. Fora das áreas urbanas consolidadas, os pisos das edificações destinadas a comércio e serviços devem ser também superiores à cota local da máxima cheia conhecida. Deve ser interdita a execução de aterros e outros obstáculos que interfiram negativamente com o escoamento das águas da rede hidrográfica.

Tendo em consideração o potencial hidroelétrico do concelho de Oliveira do Hospital, julga-se pertinente assegurar no regulamento a salvaguarda do mesmo, para a produção de energia elétrica.

2. Planta de Condicionantes:

Na planta de condicionantes (PC) deve ser representada a rede hidrográfica existente no concelho de Oliveira do Hospital, à qual deve estar associada uma legenda referindo o Domínio Hídrico. O ícone da legenda, relativo a leitos e margens dos cursos de água, deve ser constituído apenas por um traço, cuja cor identifica as linhas de água.

As linhas de água e outros componentes da rede hidrográfica devem ser identificados com a respetiva toponímia.

Na legenda dos RH da PC, onde está *domínio público fluvial*, deverá passar a constar domínio hídrico. O símbolo para captação de água subterrânea deverá ser removido, dado não haver qualquer captação com perímetro de proteção delimitado.

No regulamento deve constar que o Domínio Hídrico é estabelecido de acordo com a legislação vigente.

Sugere-se que as zonas inundáveis dos perímetros urbanos sejam complementadas com carta à escala de 1:5000, conforme referido no DL 364/98 de 21 de Novembro, de modo a facilitar a sua leitura e consequente gestão.

3. Planta de Ordenamento:

Conforme anteriormente referido no ponto 1, as infraestruturas a que este PMOT pretende associar servidões administrativas e restrições de utilidade pública, como é o caso das infraestruturas de abastecimento público de água, de drenagem e tratamento das águas residuais e drenagem de águas pluviais devem ser representadas na Planta de Ordenamento e não na Planta de Condicionantes.





4. Abastecimento de água:

As captações de água, dos sistemas de abastecimento público precisam de ter os respetivos perímetros de proteção delimitados.

O estudo de caracterização das infraestruturas – sistema de abastecimento, considera as captações de água efetuadas em poços com galerias drenantes nos (leitos) aluviões dos rios, como captações superficiais. Recomenda-se que passem a ser consideradas como captações subterrâneas.

Os estudos de caracterização referem que em 2003, 84,28% da população estava servida com sistemas domiciliários de abastecimento de água e que 3,55% da população era servida com sistemas simplificados (fontenários), considerando-se portanto que 87,83% da população estava servida com abastecimento de água. 10,81% da população correspondia à população dispersa e situada em locais isolados, não sendo servida por qualquer dos sistemas referidos anteriormente.

O abastecimento com ligação a sistemas prediais era efetuado com 26 sistemas de distribuição. Os sistemas de abastecimento são servidos por 38 captações permanentes e 10 de reforço. Para além das captações próprias, dois sistemas são abastecidos por água adquirida aos Municípios de Seia e de Arganil.

A distribuição simplificada é efetuada a 16 povoações, a partir de 16 captações.

Relativamente ao tratamento, o estudo de caracterização refere que não existem grandes estruturas físicas, sendo este efetuado por desinfecção.

A caracterização anteriormente apresentada deve ser atualizada para o ano de 2011, conforme efetuada para o RA

Comparando os quadros 39 e 40 do RA, verifica-se que em 2011 foram captados 655.734m³ de água, tendo sido tratados 772.925m³. Obtém-se assim um volume de 117.191m³ de água tratada, de que não é referida a origem.

De acordo com o quadro 41 do RA, verifica-se que em 2010 a percentagem de análises em incumprimento era de 2,2%.

Não foi apresentado qualquer planeamento para intervenções nos sistemas de abastecimento público de águas.

5. Águas residuais:

O estudo de caracterização refere que em 2003 eram servidas pelo serviço de drenagem de esgotos, cerca de 17665 habitantes, a que corresponde 79,89% da população residente (censos de 2001).

O RA refere que o concelho possui 10 ETAR com tratamento secundário e 52 fossa coletivas.

A eficiência de tratamento destes efluentes foi apresentada em termos de percentagem de remoção dos poluentes, relativamente aos valores de entrada, devendo passar a observar os requisitos estabelecidos nos títulos de descarga de águas residuais.

Como principais problemas associados à drenagem e tratamento dos esgotos, o estudo de caracterização cita:

- Os assentamentos diferenciais nas condutas e consequentes roturas nas condutas e nas caixas de visita.



- A idade avançada de algumas redes de drenagem, verificando-se roturas frequentes.
- Ligações clandestinas de águas pluviais à rede de drenagem de esgotos.
- Uso de grande número de fossas coletivas.
- O subdimensionamento de algumas fossas e ETARs, relativamente às captações do consumo de água verificadas atualmente, assim como relativamente à evolução da população em algumas povoações.
- Nalguns locais, o tipo de tratamento dos esgotos não foi projetado para tratar o tipo de efluentes que atualmente recebe, como é o caso dos efluentes de queijarias e salsicharias.
- Os órgãos complementares das fossas, como os poços absorventes, são referidos como bastante degradados, atendendo à sua elevada idade, não havendo, conseqüentemente, lugar à infiltração no terreno deste efluente, deficientemente tratado, mas escorrendo superficialmente.

O RA refere que apesar de não estar previsto na revisão do PDM, a Câmara Municipal prevê o alargamento da rede de drenagem de esgotos em baixa, bem como a construção de novas ETARs, mais concretamente 13 ETARs para substituir 37 fossas coletivas. O planeamento das intervenções nas águas residuais (drenagem e tratamento) deve ser adequadamente referenciado em termos de espaço e tempo.

6. Avaliação Ambiental Estratégica:

Da análise do RA verifica-se que ao nível do QRE estão identificados os principais instrumentos de planeamento para os RH, no entanto os objetivos do PDM estão bastante aquém dos mencionados por aqueles instrumentos.

Numa análise SWOT realizada no âmbito do fator crítico para a decisão (FCD) *qualidade ambiental*, os efluentes industriais, nomeadamente os associados à produção de queijo, são apresentados como fragilizando a qualidade ambiental. O RA refere a necessidade de encontrar soluções para este problema. Constata-se que em termos de Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) não foram apresentados quaisquer objetivos a atingir pelo município, nem justificação para tal, o que se solicita, assim como os indicadores de seguimento associados e planeamento das ações, caso se justifiquem.

Em termos de Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), o PDM não apresentou a caracterização da situação existente nem as melhorias que pretende implementar. Solicita-se a sua apresentação, assim como o planeamento das ações a desenvolver e a indicação dos indicadores (de seguimento).

Relativamente aos indicadores (associados ao PEAASAR II) apresentados, considera-se que devem ser acrescentados, pelo menos, os seguintes:

- Percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou plano de ordenamento de albufeira de águas públicas definido. Meta $\geq 95\%$.
- Percentagem de água pluvial e de infiltração afluente aos sistemas de drenagem e tratamento. Meta $\leq 20\%$.
- Percentagem da população equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descarga (de acordo com a respetiva licença). Meta $\geq 80\%$.
- Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas. Meta $\geq 10\%$.
- Relativamente ao indicador associado à qualidade da água de abastecimento público, sugere-se a sua substituição pelo que apresentamos seguidamente, dado que há parâmetros, como o pH que não devem ser superiores nem inferiores a dados valores:

Percentagem do número total de análises realizadas à água para consumo público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação. Meta $\geq 99\%$.

É referido no RA que não se efetua aproveitamento de água residual tratada, porque não há qualquer ETAR com tratamento capaz. Solicita-se informação sobre o que tencionam fazer sobre este tema, de modo a atingir os objetivos dos instrumentos mencionados no QRE.

Como anteriormente foi referido, o RA refere que a Câmara Municipal prevê intervenções na rede de drenagem de efluentes e na substituição de fossas por sistemas de tratamento melhores, embora não tenha planeado estas intervenções. Estranha-se estas afirmações e solicita-se explicação para tal, dado que as intervenções, sempre que possível, devem ser planeadas, com adequada referência temporal e espacial.

Na fase de seguimento, para se conhecer a evolução da qualidade da água superficial e subterrânea será necessário proceder à sua monitorização, pelo que se solicita a apresentação dum adequado plano de monitorização para as águas superficiais e subterrâneas do Concelho de Oliveira do Hospital

7. Conclusão:

Face ao exposto, emite-se parecer favorável condicionado à resposta às questões anteriormente apresentadas.

Com os melhores cumprimentos,

Teresa Fidélis


Presidente da ARH do Centro, I.P.

NM



Exmo.(a) Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do
Hospital
Largo Conselheiro Cabral Metello
3400-062 - Oliveira do Hospital

Sua referência
168/ano: 2012

Sua comunicação

Nossa referência
Proc. POT-2012-0001

Ofício
OF-2012-1278

Data

2012-02-22

Assunto: Revisão do PDM de Oliveira do Hospital - Relatório Ambiental e regulamento

Após análise da documentação recebida relativamente ao assunto mencionado em epígrafe e atendendo à informação nº 2012-0703 de 20/02/2012, relativamente aos recursos hídricos emite-se o seguinte parecer:

1. Regulamento:

O regulamento deverá apresentar um artigo que refira que o Domínio Hídrico é estabelecido de acordo com a legislação vigente, a qual estabelece servidões administrativas e restrições de utilidade pública nos terrenos onde se encontram os leitos e margens das linhas de água, albufeiras, lagos, etc.

No Art.º 3º, nº 3, d), 8), 4.8 é referido *sistema de esgotos e águas residuais*. Dado tratar-se de duas designações para a mesma entidade, sugere-se que se substitua aquela expressão por apenas sistema de águas residuais.

No Art.º 6º, f), apenas é referido o Plano de Bacia Hidrográfica do Mondego. Dado que os IGT associados aos recursos hídricos (RH) são vários, solicita-se a inclusão dos mencionados no relatório ambiental (RA), após a aprovação deste.

No Art.º 6º, nº 11, a), a expressão *domínio público hídrico*, deve ser corrigida para domínio hídrico.

No Art.º 6º, nº 4, as infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais são mencionadas. No Art.º 7º é referido que o regime jurídico das servidões administrativas e restrições de utilidade pública é o que decorre da legislação em vigor. Como a legislação não especifica servidões administrativas e restrições de utilidade pública para este tipo de infraestruturas, será necessário remover as referidas alíneas a) e b) do nº 4, do art.º 6º. No entanto o Município pode introduzir as servidões administrativas e restrições de utilidade pública que entender necessárias, referindo-as em articulado próprio. Sugere-se o estabelecimento de idênticas servidões administrativas e restrições de utilidade pública para a rede de drenagem de águas pluviais, atendendo a que esta rede tem idênticos problemas de conservação e de manutenção, assim como também podem ser objeto de danificação em resultado de implantação de edificações e de algumas práticas silvícolas.

Estas infraestruturas (abastecimento de águas, drenagem e tratamento de esgotos e drenagem de águas pluviais) a que este PMOT pretende associar servidões administrativas e restrições de utilidade pública, devem ser representadas na Planta de Ordenamento.



Deve ser acrescentado o índice de impermeabilização a adotar nos diferentes tipos de espaços associados às novas construções e/ou reabilitações de construções já existentes. O índice de impermeabilização deve ser referenciado relativamente ao tipo de parcela de solo (como por exemplo, zona industrial, lote, etc.) em que se insere. A nomenclatura a adotar deve estar de acordo com o DR 9/2009, de 29 de Maio.

Introduzir um artigo onde se prevejam mecanismos de promoção da infiltração das águas pluviais, salientando-se, zonas verdes e respetiva modelação do terreno que facilite a infiltração, adoção de materiais permeáveis nos passeios, calçadas, praças, ciclovias, parques de estacionamento, adoção de pavimentos porosos na construção de urbanizações ou loteamentos, etc.

O regulamento refere nalguns artigos, tais como art.º 40º, nº 2 e art.º 95, nº 3, que os depósitos de combustível deverão localizar-se fora do círculo com 1000m de raio e centro nas captações de água de abastecimento público. Refere-se que a redação destes artigos deve estar de acordo com o estabelecido na delimitação dos perímetros de proteção das captações públicas de abastecimento.

Deve ser acrescentado um artigo que estipule que nas áreas urbanas, as cotas dos pisos de habitação são superiores à cota local da máxima cheia conhecida. Fora das áreas urbanas consolidadas, os pisos das edificações destinadas a comércio e serviços devem ser também superiores à cota local da máxima cheia conhecida. Deve ser interdita a execução de aterros e outros obstáculos que interfiram negativamente com o escoamento das águas da rede hidrográfica.

Tendo em consideração o potencial hidroelétrico do concelho de Oliveira do Hospital, julga-se pertinente assegurar no regulamento a salvaguarda do mesmo, para a produção de energia elétrica.

2. Planta de Condicionantes:

Na planta de condicionantes (PC) deve ser representada a rede hidrográfica existente no concelho de Oliveira do Hospital, à qual deve estar associada uma legenda referindo o Domínio Hídrico. O ícone da legenda, relativo a leitos e margens dos cursos de água, deve ser constituído apenas por um traço, cuja cor identifica as linhas de água.

As linhas de água e outros componentes da rede hidrográfica devem ser identificados com a respetiva toponímia.

Na legenda dos RH da PC, onde está *domínio público fluvial*, deverá passar a constar domínio hídrico. O símbolo para captação de água subterrânea deverá ser removido, dado não haver qualquer captação com perímetro de proteção delimitado.

No regulamento deve constar que o Domínio Hídrico é estabelecido de acordo com a legislação vigente.

Sugere-se que as zonas inundáveis dos perímetros urbanos sejam complementadas com carta à escala de 1:5000, conforme referido no DL 364/98 de 21 de Novembro, de modo a facilitar a sua leitura e consequente gestão.

3. Planta de Ordenamento:

Conforme anteriormente referido no ponto 1, as infraestruturas a que este PMOT pretende associar servidões administrativas e restrições de utilidade pública, como é o caso das infraestruturas de abastecimento público de água, de drenagem e tratamento das águas residuais e drenagem de águas pluviais devem ser representadas na Planta de Ordenamento e não na Planta de Condicionantes.



4. Abastecimento de água:

As captações de água, dos sistemas de abastecimento público precisam de ter os respetivos perímetros de proteção delimitados.

O estudo de caracterização das infraestruturas – sistema de abastecimento, considera as captações de água efetuadas em poços com galerias drenantes nos (leitos) aluviões dos rios, como captações superficiais. Recomenda-se que passem a ser consideradas como captações subterrâneas.

Os estudos de caracterização referem que em 2003, 84,28% da população estava servida com sistemas domiciliários de abastecimento de água e que 3,55% da população era servida com sistemas simplificados (fontenários), considerando-se portanto que 87,83% da população estava servida com abastecimento de água. 10,81% da população correspondia à população dispersa e situada em locais isolados, não sendo servida por qualquer dos sistemas referidos anteriormente.

O abastecimento com ligação a sistemas prediais era efetuado com 26 sistemas de distribuição. Os sistemas de abastecimento são servidos por 38 captações permanentes e 10 de reforço. Para além das captações próprias, dois sistemas são abastecidos por água adquirida aos Municípios de Seia e de Arganil.

A distribuição simplificada é efetuada a 16 povoações, a partir de 16 captações.

Relativamente ao tratamento, o estudo de caracterização refere que não existem grandes estruturas físicas, sendo este efetuado por desinfecção.

A caracterização anteriormente apresentada deve ser atualizada para o ano de 2011, conforme efetuada para o RA

Comparando os quadros 39 e 40 do RA, verifica-se que em 2011 foram captados 655.734m^3 de água, tendo sido tratados 772.925m^3 . Obtém-se assim um volume de 117.191m^3 de água tratada, de que não é referida a origem.

De acordo com o quadro 41 do RA, verifica-se que em 2010 a percentagem de análises em incumprimento era de 2,2%.

Não foi apresentado qualquer planeamento para intervenções nos sistemas de abastecimento público de águas.

5. Águas residuais:

O estudo de caracterização refere que em 2003 eram servidas pelo serviço de drenagem de esgotos, cerca de 17665 habitantes, a que corresponde 79,89% da população residente (censos de 2001).

O RA refere que o concelho possui 10 ETAR com tratamento secundário e 52 fossa coletivas.

A eficiência de tratamento destes efluentes foi apresentada em termos de percentagem de remoção dos poluentes, relativamente aos valores de entrada, devendo passar a observar os requisitos estabelecidos nos títulos de descarga de águas residuais.

Como principais problemas associados à drenagem e tratamento dos esgotos, o estudo de caracterização cita:

- Os assentamentos diferenciais nas condutas e consequentes roturas nas condutas e nas caixas de visita.



- A idade avançada de algumas redes de drenagem, verificando-se roturas frequentes.
- Ligações clandestinas de águas pluviais à rede de drenagem de esgotos.
- Uso de grande número de fossas coletivas.
- O subdimensionamento de algumas fossas e ETARs, relativamente às captações do consumo de água verificadas atualmente, assim como relativamente à evolução da população em algumas povoações.
- Nalguns locais, o tipo de tratamento dos esgotos não foi projetado para tratar o tipo de efluentes que atualmente recebe, como é o caso dos efluentes de queijarias e salsicharias.
- Os órgãos complementares das fossas, como os poços absorventes, são referidos como bastante degradados, atendendo à sua elevada idade, não havendo, conseqüentemente, lugar à infiltração no terreno deste efluente, deficientemente tratado, mas escorrendo superficialmente.

O RA refere que apesar de não estar previsto na revisão do PDM, a Câmara Municipal prevê o alargamento da rede de drenagem de esgotos em baixa, bem como a construção de novas ETARs, mais concretamente 13 ETARs para substituir 37 fossas coletivas. O planeamento das intervenções nas águas residuais (drenagem e tratamento) deve ser adequadamente referenciado em termos de espaço e tempo.

6. Avaliação Ambiental Estratégica:

Da análise do RA verifica-se que ao nível do QRE estão identificados os principais instrumentos de planeamento para os RH, no entanto os objetivos do PDM estão bastante aquém dos mencionados por aqueles instrumentos.

Numa análise SWOT realizada no âmbito do fator crítico para a decisão (FCD) *qualidade ambiental*, os efluentes industriais, nomeadamente os associados à produção de queijo, são apresentados como fragilizando a qualidade ambiental. O RA refere a necessidade de encontrar soluções para este problema. Constata-se que em termos de Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI) não foram apresentados quaisquer objetivos a atingir pelo município, nem justificação para tal, o que se solicita, assim como os indicadores de seguimento associados e planeamento das ações, caso se justifiquem.

Em termos de Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), o PDM não apresentou a caracterização da situação existente nem as melhorias que pretende implementar. Solicita-se a sua apresentação, assim como o planeamento das ações a desenvolver e a indicação dos indicadores (de seguimento).

Relativamente aos indicadores (associados ao PEAASAR II) apresentados, considera-se que devem ser acrescentados, pelo menos, os seguintes:

- Percentagem de água captada que provém de captações com perímetro de proteção ou plano de ordenamento de albufeira de águas públicas definido. Meta $\geq 95\%$.
- Percentagem de água pluvial e de infiltração afluente aos sistemas de drenagem e tratamento. Meta $\leq 20\%$.
- Percentagem da população equivalente servida por sistema público de saneamento de águas residuais que asseguram o cumprimento da legislação em termos de descarga (de acordo com a respetiva licença). Meta $\geq 80\%$.
- Percentagem de reutilização de águas residuais tratadas. Meta $\geq 10\%$.
- Relativamente ao indicador associado à qualidade da água de abastecimento público, sugere-se a sua substituição pelo que apresentamos seguidamente, dado que há parâmetros, como o pH que não devem ser superiores nem inferiores a dados valores:



Percentagem do número total de análises realizadas à água para consumo público, cujos resultados estejam em conformidade com a legislação. Meta $\geq 99\%$.

É referido no RA que não se efetua aproveitamento de água residual tratada, porque não há qualquer ETAR com tratamento capaz. Solicita-se informação sobre o que tencionam fazer sobre este tema, de modo a atingir os objetivos dos instrumentos mencionados no QRE.

Como anteriormente foi referido, o RA refere que a Câmara Municipal prevê intervenções na rede de drenagem de efluentes e na substituição de fossas por sistemas de tratamento melhores, embora não tenha planeado estas intervenções. Estranha-se estas afirmações e solicita-se explicação para tal, dado que as intervenções, sempre que possível, devem ser planeadas, com adequada referência temporal e espacial.

Na fase de seguimento, para se conhecer a evolução da qualidade da água superficial e subterrânea será necessário proceder à sua monitorização, pelo que se solicita a apresentação dum adequado plano de monitorização para as águas superficiais e subterrâneas do Concelho de Oliveira do Hospital

7. Conclusão:

Face ao exposto, emite-se parecer favorável condicionado à resposta às questões anteriormente apresentadas.

Com os melhores cumprimentos,

Teresa Fidélis

Presidente da ARH do Centro, I.P.

NM

